

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *Jornal de Brasília (O.F.)*

Class.: 565

Data *24 de Junho de 1984*

Pg.:

Bispo de Altamira denuncia o fim das nações indígenas

«Diante da triste realidade e macabra condição de morte dos últimos restos de outrora fortes nações indígenas a Igreja não pode calar-se. Ela trairia a sua missão de anunciar a vida em sua plenitude, que Cristo Jesus veio trazer, adverte documento do bispo de Altamira, no Pará, D. Erwin Krautler, encaminhado recentemente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

— Onde tantos outros, movidos pela cobiça de riquezas, de metais preciosos, petróleo, madeiras e áreas de pasto para o gado, semeiam a morte, queremos anunciar a vida em plenitude. Mas como anunciá-la, se a sobrevivência nua e crua de novos inteiros está continuamente ameaçada, se o genocídio prossegue impune, se decretos e leis são fabricados para dar respaldo legal ao extermínio sistematicamente programado? indaga D. Krautler.

Segundo ele, a questão indígena, hoje, virou manchetes e mexe com as questões cruciais do país: com o latifúndio, com o desenvolvimento associal e predatório para o meio-ambiente, com a dívida externa, com os projetos faraônicos e com os escândalos de corrupção que prejudicam igualmente índios e não índios em nosso país.

O bispo afirma que essa problemática não deve mais ser considerada apenas assunto de um punhado de missionários, muitas vezes ainda tachados de aventureiros românticos ou tipos exóticos que — no entender de alguns — sonham com matas virgens em que os índios seriam conservados em seu estado primitivo, como alguma rara espécie zoológica.

Ele lembra que o contato com a chamada «civilização» há muito se deu, quase sempre em detrimento da vida, da cultura e do espaço vital destes grupos humanos, e a causa indígena não pode constituir-se apenas em um anexo à pastoral de uma diocese ou prelazia, em cujo território ainda existem alguns índios. «A causa indígena é um tremendo desafio para a Igreja de todo o Brasil».

Vida para todos

D. Krautler acha significativo que o texto-base da Campanha da Fraternidade deste ano, sob o tema «Para que todos tenham vida», mencione a situação humilhante e de miséria em que os povos indígenas se debatem, lembrando que ela chega «a evocar o genocídio perpetrado pelo nazismo e indaga: O que dizer dos métodos utilizados entre nós contra os povos indígenas? Não será isso também uma espécie de genocídio direto ou indireto? Destruir, por exemplo, a cultura de um povo que pode e deve ser respeitado — não é também uma forma gradual de genocídio?». O bispo observa que a Campanha propõe como forma concreta de promoção da vida que todos assumam a causa dos índios «que vêm sua cultura e até sua própria sobrevivência ameaçada pelo nosso desenvolvimento».

Ele diz que o território brasileiro, inquestionavelmente, contém uma enorme potencial de riquezas naturais, que para atenderem aos interesses do País deverão ser racionalmente exploradas, tendo-se em vista também a preservação ecológica e a garantia de existência para as populações localizadas nesses espaços.

— As comunidades indígenas inserem-se nesse contexto, pela necessidade de seus territórios serem preservados, e por conseguinte suas culturas. No entanto, estão sendo vítimas da implementação predatória e indiscriminada de projetos econômicos, mediante a justificativa de atenderem ao «desenvolvimento e à segurança nacional», afirma o religioso.

Ele informa que «essa prática que conta com a colaboração direta do Governo Federal, especialmente em relação aos povos indígenas», permitiu o desvio da BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, atravessando a área dos Nambikuara. Isso fez com que dos dez mil índios que ali viviam na época de Rondon restem, apenas, 650 indivíduos.

Além disso ele lembra que a rodovia Manaus-Boa Vista corta a área dos Waimiri-Atroari, e como se isso já não bastasse a hidroelétrica de Balbina inundará parte dessa reserva, além desses índios sofrerem as consequências da exploração de cassiterita naquela região pela mineradora Paranapanema. Resultado: o grupo que em 1905 era composto por seis mil índios hoje após tudo o que D. Krautler revela, além de massacres sangrentos, eles estão reduzidos a 571.

O bispo diz, também, que a presença de mineradoras e garimpos nas áreas dos Yanomami, em Roraima, dos Kayapó, no Pará, e dos Cinta-Larga, em Rondônia, está permitindo, entre outros danos aos indígenas muitos conflitos e mortes.

D. Krautler registra no documento que vários membros da tribo dos Sateré-Maué, no Amazonas, foram vitimados de morte em razão de bombas de prospecção de petróleo abandonadas por empresas pesquisadoras de petróleo. Agora isso, a construção do gasoduto do Juruá, também no Amazonas, tem provocado consequências

nefastas na vida tribal dos Kanamari e Tikuna, e na ecologia da região.

Ele denuncia que o projeto Grande Carajás, o qual atinge 42 aldeias indígenas — afetando diretamente quatro grupos —, nos Estados do Pará, Maranhão e Goiás, através da exploração de minério de ferro e ouro, está modificando bruscamente a realidade econômica da região com um esquema totalmente voltado para a exportação e prejudicando as nações indígenas envolvidas.

Segundo D. Krautler as barragens de Itaparica, na Bahia, Ibirama, em Santa Catarina, e Itaipu, no Paraná, têm trazido grandes transtornos aos Tuxá, Xokleng e Guarani, respectivamente. «A barragem de Tucuruí, no Pará, além do escândalo da Capemi e do terrível desastre ecológico na região, obrigou a transferência dos Parakanã, com as previsíveis sequelas negativas.

— As consequências desses projetos são idênticas em todas as áreas: desintegração das comunidades, corrupção de lideranças indígenas, disseminação de doenças venéreas, verminose, malária, fome, poluição dos rios, destruição da flora e da fauna, alerta o bispo.

Ele considera «espantoso» o número de índios assassinados durante o ano de 1983: 17 mortos em conflitos internos e treze assassinados por brancos a mando de terceiros, manifestando tristeza por constatar que o órgão oficial que deveria proteger os índios, «colaborou diretamente no acirramento dos mesmos, ou se omitiu nas gestões para contorná-lo».

Prejuízo legal

O Decreto 88.118, promulgado em fevereiro de 1983, retira a competência da Funai de definir as áreas indígenas, submetendo o processo ao parecer conclusivo de um Grupo de Trabalho interministerial que inclui «outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes», lembra D. Krautler, afirmando que em virtude do «empenho com que muitos governos estaduais lutam para expropriar as terras dos índios, este decreto vem dar-lhes o instrumento legal para a execução deste objetivo».

Outro decreto que prejudica os índios no entender de D. Krautler é o 88.985, de novembro de 1983, que abre definitivamente as áreas indígenas à mineração por grupos econômicos, «sob o argumento de protegê-las contra os efeitos destrutivos do garimpo».

— A partir de sua assinatura esse decreto tem desencadeado centenas de requerimentos de pesquisa mineral nessas áreas. O fato de certos grupos econômicos terem requerido alvará de pesquisa, imediatamente antes da assinatura do decreto, levanta a suspeita de articulações prévias em favor desses grupos. Com esse decreto o Governo continua a prática antidemocrática de legislar por decretos presidenciais, ao invés de submeter a questão, tão importante, ao debate parlamentar, salienta Krautler.

Outro ato que ele lamenta é o projeto de Lei nº 1.684, de maio de 83, do deputado do PDS de Roraima, Mozarildo Cavalcanti, propondo a abertura e exploração do garimpo de cassiterita na Serra das Surucucus, «em pleno coração do território Yanomami», e que apesar de ilegal continua em tramitação na Câmara, já tendo sido aprovado em algumas comissões. No momento ele está na Comissão do Índio e teve parecer contrário à sua aprovação pelo relator Márcio Santilli (PDS-SP), que inclusive, pediu seu retorno à Comissão de Justiça, por considerar que ele foi aprovado lá por seus membros desconhecerem que a argumentação do Projeto é baseada em premissa falsa, não informando que a terra já é dos índios.

Também o projeto de lei de outro deputado do PDS, e também de Roraima, João Batista Fagundes, que leva o número 2.645 e propõe a emancipação compulsória dos índios, retirando-lhes a manifestação de sua vontade, retomando no Legislativo «a proposta sinistra que em 1978 foi apresentada pelo então ministro do Interior, Rangel Reis, e veementemente rejeitada pela sociedade civil, foi condenada pelo bispo».

A Exposição de Motivos Interministerial, número 55, aprovada pelo presidente Figueiredo em setembro último, autorizando a intervenção da Polícia Militar em conflitos envolvendo indígenas bastando para tal um simples requerimento de particulares interessados, ou por iniciativa própria da Polícia Militar, — o que antes só podia ser feito pela Funai —, também é criticada por D. Krautler que diz ser «desnecessário apontar o potencial de tal medida para o exercício de repressão a qualquer movimento reivindicatório das populações indígenas».

Ele acredita que «a superação do atual modelo de desenvolvimento que gerou as referidas medidas e exclui igualmente os trabalhadores do campo e da cidade, exige a inserção da questão indígena na luta e debate nacional que ora se travam em busca de uma sociedade democrática».